

TEMPO, HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Diogo da Silva Roiz*

KOSELLECK, R. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão técnica de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, 368p.

Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos (2006, p. 108).

Ao definir um conceito dessa maneira, Reinhart Koselleck (1923-2006) exprimia a complexidade com o trato desse assunto, ao mesmo tempo em que projetava seu programa de

pesquisa sobre a história dos conceitos. Em sua obra *Futuro passado* iria demonstrar a tensão entre tempo, história e historiografia, ao abordar como a temporalidade é apreendida pelos grupos e indivíduos de um momento para o outro. Como esclareceria Marcelo Jasmin, na apresentação desta edição, o

[...]tempo, aqui, não é tomado como algo natural e evidente, mas como construção cultural que, em cada época, determina

* Professor efetivo na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Amambai), doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como horizonte de expectativas [...] a história – considerada como conjunto dos fatos do passado, como dimensão existencial e como concepção e conhecimento da vida, que permitem a sua inteligibilidade – deve ser apreendida em sua própria historicidade, constituindo um objeto de reflexão teórica destinada a conhecer os seus limites e as suas consequências” (JASMIN, 2006, p. 9).

Para Jasmin, se:

[...] as histórias (no plural) guardavam a sabedoria acumulada pelos exemplos do passado para servir de guia à conduta presente, evitando a repetição dos erros e estimulando a reprodução do

sucesso, a História (como um singular coletivo) tornou-se uma dimensão inescapável do próprio devir, obrigando toda ação social a assumir horizontes de expectativa futura que a inscrevam como um desdobramento consoante com o processo temporal” (JASMIN, 2006, p. 11).

Por isso, o que Koselleck fará será justamente se debruçar “sobre textos nos quais a experiência temporal manifesta-se à superfície da linguagem, de maneira explícita ou implícita”, ou mais precisamente, “investigaram-se aqueles textos que, explícita ou implicitamente, abordam a relação entre um determinado passado e um determinado futuro” (JASMIN, 2006, p. 15). Valendo-se, como indica, da “semântica dos conceitos fundamentais que plasmaram a experiência histórica do tempo”, pois,

[...]no processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um ‘tempo histórico’ [...] [e] evidencia-se como um resultado constante o fato de que, à medida que o homem experimentava o tempo como um tempo sempre inédito, como um ‘novo tempo’ moderno, o futuro lhe parecia cada vez mais desafiador” (JASMIN, 2006, p. 15).

Por essa razão, as “análises semânticas aqui apresentadas [...] pretendem investigar a constituição lingüística das experiências temporais, ali onde elas se manifestam” (JASMIN, 2006, p. 16).

Nesse sentido, os 14 textos reunidos para formar este livro, divididos em três partes, versam sobre a relação entre passado e futuro na história moderna, teoria e metodologia na determinação do tempo histórico, e sobre a semântica histórica

da experiência. Na primeira aborda de que maneira o tempo histórico se constituiria numa nova experiência temporal com o passado, o presente e o futuro, dado que:

[...]o tempo que assim se acelera a si mesmo rouba ao presente a possibilidade de se experimentar como presente, perdendo-se em um futuro no qual o presente, tornando impossível de se vivenciar, tem que ser recuperado por meio da filosofia da história” (KOSELLECK, 2006, p. 37).

Em vista disso, a própria História que até então “seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias”, torna-se, no século XVIII, um processo contínuo em direção ao futuro, no qual a “estrutura temporal da história passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível”, converter-se-ia

num singular coletivo, onde as histórias tornam-se a História, as revoluções a Revolução, visto que a “história [...] como acontecimento [...] único ou como complexo de acontecimentos [...] não seria capaz de instruir da mesma forma que uma história [...] compreendida como relato exemplar” (KOSELLECK, 2006, p. 48-49).

Além disso, somente “a história compreendida como sistema possibilita a existência de uma unidade épica, capaz de trazer à luz e ao mesmo tempo de consolidar suas relações internas”, e como singular coletivo, atribuiu-se a

[...]história aquela força que reside no interior de cada acontecimento que afeta a humanidade, aquele poder que a tudo reúne e impulsiona por meio de um plano, oculto ou manifesto, um poder frente ao qual o homem pôde acreditar-se responsável ou mesmo em cujo nome pôde acreditar estar atingindo” (KOSELLECK, 2006, p. 52).

Nesse ínterim, a “uniformidade potencial e a capacidade de repetição peculiar às histórias ligadas à natureza foram relegadas ao passado”, enquanto a filosofia, “ao transpor para o progresso a história compreendida singularmente como um todo unitário, fez com que o nosso *topos* perdesse obrigatoriamente o sentido”, pois, se “a história se torna um evento único e singular da educação do gênero humano, então cada exemplo particular, advindo do passado, perderá força, necessariamente”, visto que cada “ensinamento particular conflui então no evento pedagógico geral” (KOSELLECK, 2006, p. 55). Mas a singularização da história, sob efeito dum processo de temporalização, “sob sua inevitável supremacia e sob sua capacidade de produção anuncia-se uma transformação da

experiência que domina a época moderna”, a própria História “foi destituída de seu objetivo de atuar imediatamente sobre a realidade”, pois, a “experiência [que se volta para o futuro, e não mais para o passado] parece ensinar justamente o contrário” (KOSELLECK, 2006, p. 57). Por outro lado, tal aceleração na percepção temporal das experiências passadas e suas projeções para um futuro possível, também secularizaram as visões religiosos do processo histórico, na medida em que o agente da transformação seria o próprio homem (e não Deus).

Da mesma forma a experiência que se deu com a Revolução Francesa, fez com que todas as revoluções anteriores fossem vistas como condições desfavoráveis, para usar as experiências passadas como uma orientação das ações no presente. Se até então seu significado se atinha a

“um movimento cíclico”, e a “metáfora de cunho natural para a ‘revolução’ política apoia[va]-se no pressuposto de que também o tempo histórico tem sempre a mesma qualidade, é fechado em si mesmo e passível de repetição” (KOSELLECK, 2006, p. 65), com a Revolução Francesa (e, depois, a Industrial Inglesa), forjar-se-ia uma nova semântica conceitual para a compreensão das revoluções. Para ele, “deve-se registrar como inédito o fato de que a ‘revolução’ transformou-se, a partir de 1789, em um ‘coletivo singular’”, havendo simultaneamente uma “experiência de *aceleração do tempo*”, devendo-se reconhecer “que todos os prognósticos lançados a partir de 1789 caracterizam-se pelo fato de que contêm um coeficiente dinâmico ao qual se atribui um caráter ‘revolucionário’, seja qual for sua origem”. Além disso, “por meio desse contínuo adiantamento

das perspectivas futuras, alterou-se também a perspectiva em direção ao passado”, e o “conceito moderno de revolução distingu[iria]-se ainda pelo trajeto, ou seja, a *passagem da revolução política à revolução social*” (KOSELLECK, 2006, p. 70-71). Nesse aspecto, “todas as variações modernas do termo ‘revolução’ pretenderam, do ponto de vista geográfico, uma *revolução universal* e, do ponto de vista temporal, uma *revolução permanente*, até que seus objetivos fossem cumpridos” (KOSELLECK, 2006, p. 72). Daí os paradoxos vislumbrados na própria revolução, ao ser, ao mesmo tempo, conjunto de ações para fundamentar o progresso e o sucesso do empreendimento, e se mostrar como uma “reivindicação consciente de dominação por parte daqueles que se viram iniciados nas leis de progressividade de uma revolução entendida

como tal”. O que colocaria em xeque qual a “*legitimidade da revolução*” (KOSELLECK, 2006, p. 74-5).

Após deter-se sobre essas questões, este passaria a abordar a teoria e o método de determinação do tempo histórico. Para isso, delimitaria o campo da história dos conceitos e suas relações com a história social. Segundo ele, a “história dos conceitos é [...] um método especializado de crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político”, e ao ser “uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só a história da língua, mas também a dados da história social, pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística”

(KOSELLECK, 2006, p. 103). Nesse caso, para ele, mesmo a história “somente passaria a ser história à medida que já tivesse sido compreendida como conceito” (KOSELLECK, 2006, p. 110). Com isso, o “problema da representação [...] da maneira como a história [...] narra e descreve, remete, no campo do conhecimento, a diferentes dimensões temporais do movimento histórico”, onde indicaria “que ‘eventos’ só podem ser narrados e ‘estruturas’ só podem ser descritas” (KOSELLECK, 2006, p. 133). Não por acaso, para ele:

A história singular deixa de ser exemplar por seu caráter repetitivo, a não ser que se deseje evitá-la. Seu valor está em enunciar proposições estruturais, que falam de um futuro construído como um processo. Exatamente quando a heterogeneidade dos fins é introduzida como fator constante

de incerteza, a análise histórica estrutural conserva seu potencial prognóstico (KOSELLECK, 2006, p. 145).

A questão do acaso na história, embora tenha uma historiografia própria, também demonstraria de que maneira a historiografia oitocentista teve que reduzi-lo a determinadas situações, de modo a poder torná-lo operacional na análise entendida como racional e objetiva do processo histórico. Desse modo:

A ciência histórica, ao levar em conta o ponto de vista temporal, transforma-se em uma disciplina investigativa do passado. Essa temporalização das perspectivas foi certamente favorecida pelas rápidas transformações da experiência provocadas pela Revolução Francesa. Tais rupturas de continuidade pareciam querer livrar-se de um passado cuja crescente estranheza só

poderia ser esclarecida e recuperada pela pesquisa histórica (KOSELLECK, 2006, p. 174).

Assim vislumbradas tais questões, a semântica histórica da experiência deve ser investigada, tendo em vista os conceitos antitéticos assimétricos, que em suas contrariedades permitiriam certas comparações, que na história poderiam ser exemplificadas, por meio do estudo das relações que se dariam entre helenos e bárbaros, cristãos e pagãos, ou mesmo, entre outros grupos e situações. Dessa perspectiva, esses conceitos “se excluem mutuamente”, além de seus grupos de referência poderem ser separados espacialmente; “os conceitos antitéticos se coordenam mutuamente no tempo”, e a “referência à humanidade representa uma exigência tão grande de universalidade que parece

não permitir que homem algum seja excluído” (KOSELLECK, 2006, p. 197). Mas é necessário ter em vista que os “acontecimentos históricos não são possíveis sem atos de linguagem, e as experiências que adquirimos a partir deles não podem ser transmitidas sem uma linguagem” (KOSELLECK, 2006, p. 267).

A experiência que se começou a desfrutar com a modernidade permitiu “considerar o próprio tempo como radicalmente novo em oposição à história passada, e por isso antiga”, e ao, fazer isso, “precisava-se de uma atitude diferente não apenas em relação ao passado, mas, muito mais ainda, em relação ao futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 278). E foi no século XVIII que ocorreria tal mutação na apreensão da temporalidade, com a consolidação da experiência então propiciada pela modernidade, uma vez que a “história,

então, passava a realizar-se não apenas no tempo, mas através do tempo”, por que o tempo “se dinamiza como uma força da própria história” (KOSELLECK, 2006, p. 283). Além do mais:

As dimensões temporais de passado, presente e futuro cruzavam-se agora de maneira qualitativamente diversa, de modo que o ponto de partida de toda época histórica mais recente pôde realizar-se em fases sempre novas. [...] Graças a essa temporalização, desaparecem a antecipação da Providência e a exemplaridade das histórias antigas. O progresso e a consciência histórica temporalizam todas as histórias no processo único da história universal. Sem precisar recorrer a um além, a história universal se converte em um tribunal universal, na expressão de Schiller, imediatamente acolhida e correntemente citada como evidência. A consciência do caráter único da época torna-se permanente – um critério daquilo que mais tarde foi

chamado de modernidade (KOSELLECK, 2006, p. 290).

Com base nessa interpretação da modernidade, que o autor forjaria as categorias históricas ‘espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativas’, nas quais sua dialética produziria a percepção do que se definiria como ‘tempo histórico’, e que na modernidade passaria por uma verdadeira mutação. Para ele, “experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro”, sendo ainda adequadas “para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político” (KOSELLECK, 2006, p. 308); visto que “é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente,

suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico” (KOSELLECK, 2006, p. 313). E, por essa razão, sua tese é “que na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (KOSELLECK, 2006, p. 314). Desse modo:

Quanto menor a experiência tanto maior a expectativa – eis uma fórmula para a estrutura temporal da modernidade, conceitualizada pelo ‘progresso’. Isso foi plausível enquanto as experiências anteriores não eram suficientes para fundamentar as expectativas geradas por um mundo que se transformava tecnicamente. Mas, depois de haverem nascido de uma revolução, quando os projetos políticos correspondentes

se transformam em realidade, as velhas expectativas se desgastam nas novas experiências (KOSELLECK, 2006, p. 326).

Mas, a história “só poderá reconhecer o que está em contínua mudança e o que é novo se souber qual é a fonte onde as estruturas duradouras se ocultam”, por que “estas precisam ser buscadas e investigadas, se quisermos que as experiências históricas sejam traduzidas para uma ciência da história” (KOSELLECK, 2006, p. 327); o que não deixa de ser um desafio permanente.

Décadas passadas, desde a publicação original deste livro, em 1979, na Alemanha, e ele permanece atualíssimo. Seja porque dá base para o estudo dos processos de mudança dos conceitos, mediante a apreensão temporal de seus diferentes significados, por meio de uma semântica histórica

das experiências, seja porque demonstra de que modo a *história exemplar* se transformaria, ao longo do século XVIII, numa *história continua*, ao ser apreendida como um singular coletivo, seja ainda por fornecer critérios operacionais, e toda uma estruturação, para o estudo da história dos conceitos. Em todos esses aspectos, a obra é uma referência, e o tempo apenas a tornou indispensável para compreender a modernidade, a temporalidade, e a mudança semântica dos conceitos.

Referência:

JASMIN, Marcelo. Apresentação. In: KOSELLECK, R. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão técnica de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, 368p.